

“Higiene mental infantil”: Análise do discurso psicopedagógico sobre a saúde mental das crianças em idade pré-escolar (Portugal, 1945-1958)

“Child mental hygiene”: Analysis of the psychopedagogical discourse on the mental health of preschool children (Portugal, 1945-1980)

Carla Cardoso Vilhena • António Gomes Ferreira • Luís Mota

RESUMO

Este trabalho teve como principal finalidade contribuir para a compreensão do discurso psicopedagógico sobre a saúde mental das crianças em idade pré-escolar que circulou em Portugal no período pós II Guerra Mundial (1945-1958). Mais concretamente, foi nosso objetivo descrever a forma como era percebida a saúde mental na infância e analisar as estratégias educativas consideradas mais adequadas para a promoção da saúde mental das crianças pertencentes a esta faixa etária. Neste sentido, recorreu-se à análise de artigos acerca desta temática publicados em duas revistas dirigidas aos pais, *Os Nossos Filhos* (1945-1958) e *Saúde e Lar* (1944-...), que circularam em Portugal no período em análise. Os nossos resultados permitiram observar que a saúde mental das crianças era percebida como algo frágil, sendo os pais responsabilizados pelo bem estar emocional, presente e futuro, dos seus filhos.

Palavras-chave: Educação para a maternidade, infância, Portugal, saúde mental.

ABSTRACT

The main purpose of this work was to contribute to the understanding of the psychopedagogical discourse on the mental health of preschool children that circulated in Portugal in the post-World War II period (1945-1958). More specifically, our aim was to describe how mental health in childhood was perceived and to analyze the educational strategies considered most appropriate for promoting the mental health of children belonging to this age group. In this sense, we resorted to the analysis of articles on this subject published in two magazines aimed at parents, *Os Nossos Filhos* (1945-1958) and *Saúde e Lar* (1944-...), which circulated in Portugal during the period under analysis.

Our results showed that children's mental health was perceived as something fragile, with parents being responsible for the present and future emotional well-being of their children.

Keywords: childhood, education for motherhood, mental health, Portugal.

Carla Cardoso Vilhena. Universidade do Algarve, Portugal. Doutorada em Ciências da Educação. Professora Auxiliar no Departamento de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Algarve. Investigadora no Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) da Universidade de Coimbra. Subdiretora da licenciatura em Ciências da Educação e da Formação. Correo electrónico: cvilhena@ualg.pt. ID: <https://orcid.org/0000-0002-5524-5174>.

António Gomes Ferreira. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Coimbra, Portugal. Profesor Asociado en Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, coordenador de GRUPOEDE, CEIS20. Correo electrónico: antonio@fpce.pt. ID: <https://orcid.org/0000-0002-3281-6819>.

Luís Mota. Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, Portugal. Profesor adjunto en Escola Superior de Educação, investigador en GRUPOEDE, CEIS20. Correo electrónico: mudamseostempos@gmail.com. ID: <https://orcid.org/0000-0003-4014-9590>.

Introdução

O facto de o conhecimento científico ser cumulativo, refutável e dependente do contexto em que é produzido, significa que este não é imutável, mas sim que existem transformações na forma como se entende a realidade e, consequentemente, na forma como se considera que se deve agir sobre ela. No que diz respeito à educação das crianças, entendida aqui num sentido mais lato, ou seja, englobando as dimensões intelectual, social e emocional, são as formas como se entende a criança e o seu desenvolvimento que determinam, num certo contexto e tempo histórico, os métodos e as práticas pedagógicas que se consideram como as mais adequadas para garantir o seu bem-estar presente e futuro (Beatty et al., 2006; Hulbert, 2004; Lima, 2019; Rose, 1999).

No que diz respeito ao século XX, é inegável o contributo da psicologia para a legitimação do discurso pedagógico acerca da criança. Como referem vários autores (Hulbert, 2004; Ó, 2009; Rose, 1999) o desenvolvimento e consolidação da psicologia enquanto ciência, mais particularmente a psicologia da criança, foi acompanhado pela sua articulação com a pedagogia. Desta articulação emerge um discurso psicopedagógico que tinha como centro a criança e como principais temas o seu desenvolvimento e a sua educação.

Tal como os discursos sobre as crianças oriundos de outros campos do saber, como, por exemplo, a medicina, o discurso *psí* sobre as crianças foi sofrendo alterações, que se refletiram no discurso psicopedagógico acerca da infância (e.g. Bakker, 2020; Beatty et al., 2006; Hulbert, 2004; Vilhena, 2010).

Como demonstraram vários autores (Hays, 1996; Hendrick, 1994; Hulbert, 2004; Rose, 1999) o período pós II Guerra Mundial correspondeu a um momento de transformação no discurso psicopedagógico acerca da infância. Um dos aspetos mais relevantes foi a maior importância concedida ao bem-estar psicológico da criança e, consequentemente, à sua saúde mental. Esta transformação é evidente, por exemplo, no conceito de saúde, adotado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1946, em que a saúde passa a ser entendida de uma forma mais abrangente, indo para além da ausência da doença, englobando também a saúde mental e o bem-estar social: “Health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity” (WHO, 2020).

Embora este seja considerado como um momento importante na história dos discursos acerca da saúde mental esta *nova* noção de saúde não surge num vácuo. Pode-se situar nos anos 20 do século XX, a emergência preocupação com a saúde mental das populações, que está inclusivamente na origem do Movimento de Higiene Mental (Rose, 1999; Toms, 2012). Como afirma Rose (1999) as vidas emocionais dos cidadãos “were a matter for public concern, expert knowledge, and professional guidance” (p. 162).

Criado com a finalidade de cuidar e tratar dos doentes mentais, foi rapidamente assumido, por aqueles que integravam o Movimento de Higiene Mental, que seria necessário ir mais além do tratamento dos doentes, sendo favorecidas as ações que prevenissem o surgimento da doença mental e surgindo a infância como um momento privilegiado de ação. É com estes objetivos em mente que são criadas as Clínicas Infantis, cujo público-alvo são crianças com problemas de comportamento ou, utilizando a linguagem da época, de ajustamento social, tidos como prenúncios de problemas de saúde mental na vida infantil (Bakker, 2020; Toms, 2012). Subjacente a esta intervenção estava a ideia de que o diagnóstico e a intervenção precoce seriam elementos decisivos para a manutenção da saúde mental da população. Estava assim aberto o caminho para uma crescente intervenção dos peritos psi na vida das crianças e das famílias (Bakker, 2020; Hulbert, 2004; Rose, 1999).

A experiência da separação das crianças das suas famílias, que ocorreu em vários países da Europa, durante a II Guerra Mundial, veio trazer novos elementos ao estudo do desenvolvimento socio emocional das crianças e novas preocupações em relação à sua saúde mental (Hendrick, 1994; Rose, 1999). É com base na análise dos efeitos da evacuação no desenvolvimento das crianças que psicólogos como John Bowlby, Anna Freud ou Susan Isaacs começaram a chamar a atenção para a importância da relação de objeto, sobretudo da relação mãe-criança, para a saúde mental e futuro dos indivíduos (Hollway, 2006; Rose, 1999). Hendrick (1994) refere ainda a importância destes estudos para a psicossomática, ou seja, para uma maior atenção às manifestações físicas dos distúrbios mentais.

A garantia do bem-estar das crianças e a prevenção de tratamentos futuros passava pela transformação de crianças socialmente desajustadas em crianças ajustadas, o que implicava não só a intervenção junto das crianças, mas também das suas famílias (Rose, 1999; Toms, 2012). Fonte de saúde mental, quando ajustadas, as famílias eram consideradas, paradoxalmente, como a principal ameaça ao bem-estar da criança, estendendo-se as iniciativas em prol da educação para a paternidade a uma intervenção terapêutica, quando considerado necessário, sempre em nome do bem estar da criança (Rose, 1999).

Em Portugal, pouco foi feito, na primeira metade do século XX, no que diz respeito à proteção da saúde mental da criança portuguesa. O facto de, como defende Filipe (2014), o Estado Novo, regime político que vigorou entre 1926 e 1974, ter delegado na iniciativa privada as questões relacionadas com a proteção materno-infantil contribuiu, seguramente, para a inexistência de uma política pública neste campo e, conseqüentemente, para o número reduzido de iniciativas em prol da saúde mental das crianças. Até aos anos 30/40 do século XX a principal preocupação dos peritos da infância eram as altas taxas de mortalidade e morbilidade infantis existentes no nosso país; somente na década de 50 é que surgem como temas dominantes os as-

petos relacionados com o desenvolvimento socio emocional da criança e com a sua saúde mental (Filipe, 2014).

Dada, por um lado, a relevância atribuída no discurso sobre a infância que circulou em Portugal nos anos 50 à saúde mental e, por outro, ao facto de este constituir um período de transformação nos discursos *psi* sobre esta categoria etária, é nosso objetivo contribuir para a compreensão do discurso psicopedagógico sobre a saúde mental das crianças em idade pré-escolar que circulou em Portugal entre 1945 e 1958. Mais concretamente, pretendeu-se, neste trabalho, descrever a forma como era percebida a saúde mental na infância, e, por outro, e analisar as estratégias educativas consideradas mais adequadas para a promoção da saúde mental das crianças. Refira-se que quando utilizamos o termo crianças em idade pré-escolar, nos estamos a referir às idades que antecedem a entrada na escolaridade obrigatória, ou seja, à faixa etária compreendida entre os 0 e os 6 anos de idade.

Metodologia

Uma vez que, no período em análise, a maioria das crianças em idade pré-escolar era educada em casa, pelas suas mães ou por quem as substituísse, optámos por analisar os discursos dirigidos às mães. Neste sentido, foram utilizadas como fontes revistas de *educação familiar*. Nestas revistas eram difundidas quer informações sobre a criança e o seu desenvolvimento, quer uma cultura da maternidade socialmente apropriada (Hays, 1996), ou seja, indicações de que como as mães e os pais deviam criar e educar os seus filhos, de forma a garantir o seu bem estar na infância e na vida adulta, o que as torna numa fonte privilegiada para aceder ao discurso psicopedagógico sobre a infância.

Para a seleção das revistas recorreu-se ao *Repertório Analítico da Imprensa de Educação e Ensino* (Nóvoa, 1993), tendo sido selecionadas duas revistas de educação familiar publicadas, em Portugal, no pós II Guerra Mundial: *Os Nossos Filhos* (1942-1958) e *Saúde e Lar* (1944-...). O corpus documental foi constituído pelos artigos que tinham como tema a saúde mental da criança, tendo estes sido sujeitos a uma análise de conteúdo qualitativa (Schreier, 2012), cujos resultados se apresentam de seguida.

Discurso psicopedagógico sobre a saúde mental das crianças em idade pré-escolar

A saúde mental infantil é um tópico a que os autores que escrevem nas revistas analisadas dão particular atenção. Médicos, como Vítor Fontes, figura chave no desenvolvimento da psiquiatria infantil em Portugal, ou psicólogos, como Betty Katzenstein, psicóloga alemã que se exilou no Brasil, tendo trabalhado no Laboratório de Psicologia do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, ou Maria Irene Leite da Costa, discípula de Claparède, escrevem sobre este tema. A análise realizada

permitiu identificar duas grandes categorias: (1) *saúde mental das crianças*, onde foram incluídas as referências à forma como se processava o desenvolvimento socioemocional, assim como aos fatores de promoção ou às ameaça à saúde mental das crianças; (2) *a orientação dos pais*, constituída pelas referências à forma como os pais deveriam proceder para assegurar a saúde mental dos seus filhos. São os conteúdos de cada uma dessas categorias que serão apresentados e analisados nos pontos que se seguem.

A saúde mental das crianças

A importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento socioemocional das crianças é um princípio assumido em todos os textos analisados, sendo particularmente salientada a importância do primeiro ano de vida. Como escreve Vítor Fontes “o primeiro ano é, sem dúvida, dos de maior importância na formação afetiva da criança” (Fontes, 1952, p. 4). Este é um discurso que atravessa as diferentes teorias psicológicas que circulam durante o século XX, desde o comportamentalismo de John Watson à teoria psicanalítica de Freud, sendo também evidente nas teorias da vinculação, que surgem no pós II Guerra Mundial, e de que John Bowlby é o mais conhecido representante (Bakker, 2020; Hulbert, 2004).

A ênfase na importância do primeiro ano de vida para a saúde mental da criança é acompanhada pela descrição daquelas que seriam as principais ameaças, neste período, ao normal desenvolvimento da *vida afetiva* da criança: “o desmame, o regime de coabitação, o regime alimentar, a aquisição dos hábitos de asseio, o problema do sono, o início da marcha” (Fontes, 1952, p. 4). Constituindo, na sua maioria, acontecimentos próprios do desenvolvimento normal da criança, fazendo, por esse motivo parte integrante do seu percurso de vida, eram considerados períodos críticos em que qualquer ação incorreta, que fugisse aos parâmetros da cultura da educação socialmente adequada, poderia ter sequelas com um caráter mais ou menos permanente no desenvolvimento socio emocional da criança.

Neste sentido, as principais fontes do desajustamento emocional das crianças seriam os pais que, por ignorância ou negligência, cometiam *erros educativos*. Como afirmava Vítor Fontes (1952, p. 4), “todos os pediatras com cultura psicológica, somos testemunhas de casos de neuroses tendo por etiologia estas situações resultantes da incompreensão dos pais”.

A responsabilização dos pais pelo ajustamento/desajustamento social da criança ou, recorrendo ao termo utilizado por Bakker (2020), a sua culpabilização, constituiu um poderoso argumento para intervir no seio da família, designadamente através de um processo educativo, que se poderia enquadrar num movimento mais amplo de *educação benigna* do cidadão normal (Rose, 1999). A educação para a maternidade, no caso das famílias consideradas sãs, ou a intervenção terapêutica juntos dos pais, no caso da existência de problemas do foro emocional surgiam, assim, como elemen-

tos de uma rede mais vasta de dispositivos de governação das família, que tinham como objetivo comum assegurar a saúde mental da criança e do adulto em que esta se tornaria, numa lógica própria do Movimento de Higiene Mental (Bakker, 2020; Toms, 2012), que também vai ser adotada pela Nova Psicologia que emerge no Pós II Guerra Mundial (Rose, 1999).

A atribuição de um papel central aos pais na promoção da saúde mental dos seus filhos é acompanhada pela apresentação do desenvolvimento socio emocional como um processo repleto de obstáculos, frágil por natureza, não só durante o primeiro ano de vida, como anteriormente referido, mas também na segunda infância. Como afirma Vítor Fontes: “as situações de psicopatia, de anomalias de comportamento, de alterações afecto-volitivas, são frequentíssimas na criança. Mais ou menos demoradas, pode afirmar-se que todo o adulto passou nas primeiras idades, por situações afetivas complicadas” (Fontes, 1950, p. 72).

Entre as situações afetivas complicadas referidas nas revistas analisadas destacam-se, pela atenção que lhes é dada, o nascimento de um irmão ou a resolução do Complexo do Édipo (e.g. Petersen, 1949). Transcrevemos, a título de exemplo, a resposta a uma carta enviada por uma mãe, com o intuito de encontrar explicação para a modificação do comportamento da sua filha após o nascimento do irmão:

...No desenrolar da vida infantil surgem assim, conflitos psíquicos, cuja natureza e intensidade pode variar até ao infinito. Pertencem a esta categoria de fenómenos os chamados complexos, tão discutidos pelos psicanalistas e frequentemente explorados na literatura [...]

...É sobretudo no decurso da segunda infância, período em que a sensibilidade é caracterizada por grande exaltação, reagindo fortemente aos menores estímulos, que estes conflitos psicológicos se desencadeiam e instalam.

Actuando sobre a alma infantil extremamente maleável, deformam-na, atrofiam-na em determinados sentidos para a hipertrofiarem noutros [...]

Não falando no choque de nascimento a que alguns autores ligam demasiada importância, o primeiro grande abalo que a criança sente é o afastamento do seio materno, é o desmame.

A sensação de ter sido excluída de qualquer coisa pode criar-lhe um estado psicológico com graves consequências futuras, sobretudo quando, avolumado por factos posteriores. Todas as situações em que, com razão ou sem ela, a *criança verifica que foi excluída* agirão fortemente sobre a sua sensibilidade. Não é raro encontrar casos de roubo, de ideias de perseguição, etc., que se filiam em motivos destes.

O nascimento de um irmão desperta na criança um sentimento de rivalidade, provocando modificações de carácter e comportamento [Correio dos pais, 1955, p. 5].

É notória neste texto não só a influência da teoria psicanalítica na forma como o desenvolvimento socio emocional era entendido, visível nas referências aos conflitos

psíquicos, ao impacto do desmame no desenvolvimento da criança, mas também, mais uma vez, a ênfase no papel dos pais quer no ajustamento, que no desajustamento emocional da criança. Estamos perante o que podemos classificar como um discurso paradoxal, no sentido em que os pais eram construídos simultaneamente como elemento protetor e ameaçador da saúde mental dos seus filhos, já referido por autores como Rose (1999) ou Toms (2012). Para não se tornarem uma ameaça teriam que proceder com os seus filhos de acordo com as regras ditadas pelos peritos *psi*, regras essas que também eram enunciadas nas páginas das revistas analisadas.

Subjacente aos discursos veiculados nas revistas analisadas estava a defesa da existência de uma relação clara entre a forma como as crianças eram educadas e a sua saúde mental, presente e futura. Era com base neste pressuposto que os autores que escreviam nas revistas de *educação familiar* se dirigiam às mães fornecendo informação sobre o desenvolvimento socioemocional das crianças, as ameaças à sua saúde mental, e orientado-as, indicando como deviam proceder para assegurar a saúde mental, presente e futura, dos seus filhos.

A orientação dos pais

Para além de coadjuvarem os peritos *psi* através do diagnóstico precoce de perturbações do comportamento, era também responsabilidade dos pais seguirem, no processo educativo dos filhos, as regras por estes enunciadas, modificando o seu comportamento de forma a evitar os ditos *erros educativos*, fruto do não seguimento dos preceitos científicos na educação das crianças. Como se refere num artigo acerca do complexo de Édipo, no parágrafo que fecha o ponto intitulado “Para evitar que o conflito se envenene”: “Assim se resolve, sem prejuízo, uma das crises da primeira infância que os educadores não podem arriscar, por ignorância, de entregar ao perigo das soluções empíricas” (Petersen, 1949, p. 4).

Como deveriam então, na opinião dos autores dos textos analisados, proceder os pais na educação dos seus filhos? Em primeiro lugar, a educação das crianças deveria ser centrada na satisfação das necessidades da criança e no respeito pela natureza infantil, como é evidente no excerto que a seguir se transcreve, acerca dos hábitos alimentares e das suas consequências no *psiquismo das crianças*:

Certos pais, julgando-se bem informados acerca deste assunto, estabelecem um horário de refeições porventura cuidadosamente elaborado, mas duma rigidez absoluta. Esteja o filho bem ou mal disposto, tenha ou não vontade de comer, a horas cronométricas e em todo e qualquer dia, tem de comer. Isto durante semanas e meses seguidos.

Esta rigidez é absolutamente compatível com a instabilidade de todo o ser vivo e particularmente na criança em que o desenvolvimento se faz de uma maneira contínua, portanto em que, dia a dia, hora a hora, tudo muda na infância. E está assente em psicologia e psiquiatria infantis, que as noções de puericultura compreendidas e executadas

dentro de uma grande rigidez de normas, têm provocado atitudes afetivas anômalas em muitas crianças de tendências reativas acentuadas. Isto aliás, tanto referente aos hábitos alimentares como a quaisquer outros [Fontes, 1952, p. 5].

Estamos perante a defesa de uma educação mais permissiva, defendida por peritos da época como Gesell ou Spock, por oposição aos princípios educativos oriundos da teoria comportamentalista, que vigoraram sobretudo nos anos 20 e 30 (Hulbert, 2004).

Para além de seguirem as regras ditadas pelos peritos, as mães deveriam ainda ser suas coadjuvantes, sendo aconselhadas a observar atentamente o comportamento dos seus filhos. A crença na importância de uma ação preventiva e corretiva precoce estava bem patente nestes discursos, em que se aconselhava as mães a estarem atentas ao que Vítor Fontes designa de *micro sintomas*, aquelas “coisas mínimas (...), que agem como fermentos, os quais, numa dose muito pequena, em face de massas volumosas de matéria fermentescível, (...) transformam-na inteiramente” (Fontes, 1955, p. 7) como a cólera (e.g. Petersen, 1949a), a indisciplina (e.g. Correia, 1946), a mentira (e.g. Katsenstein, 1958b) ou o roubo (e.g. Crianças larápias, 1946; Fontes, 1948). Vistos, até aí, como defeitos morais, estes comportamentos passaram a ser percebidos como defesas psíquicas, ou seja, como mecanismos a que as crianças recorriam para se proteger de um ambiente ou de relações familiares hostis, e que seriam indicadores de perturbações na vida emocional das crianças. Esta transformação é visível no excerto que transcrevemos em seguida, a título de exemplo, da autoria da psicopedagoga Maria de Lourdes Bettencourt: “a ausência de interferência dos pais na criação dos filhos, estabelecem um desequilíbrio que se manifesta de várias formas: a criança torna-se ‘difícil’, colérica, instável, apresenta tiques, apatia, timidez excessiva, terrores nocturnos, enurese, resistência à comida, etc.” (Bettencourt, 1956, p. 8).

Para além dos sintomas acima referidos é ainda dada especial atenção à enurese (e.g. Duarte, 1956; Fontes, 1949), classificada como uma “reação neurótica de ansiedade” (Duarte, 1956, p. 7).

Note-se que neste período a maioria das crianças portuguesas não frequentava instituições de educação de infância, sendo educadas pelas suas mães ou, na ausência e/ou indisponibilidades destas, por quem as substituísse, o que impossibilitava que, ao contrário do que acontece nos nossos dias, os educadores colaborassem no processo de diagnóstico precoce de pequenos transtornos de comportamento, o que poderá explicar, pelo menos parcialmente, a atribuição desta função às mães.

Para os casos considerados mais problemáticos, aqueles de mais difícil resolução, a solução residia numa regulação direta dos comportamentos através de uma intervenção terapêutica: “Leve o seu menino a um médico psicólogo, a quem deve expor francamente os problemas da vida familiar, assim como o programa da vida da criança” (Os vossos problemas, 1957, p. 4). Nos casos em que tal se justificasse

essa intervenção poderia incluir também os pais, que seriam alvo de um processo reeducativo, como explica o médico Gilbert Robin (1952, p. 14):

É ao especialista da reeducação que incumbe chamar a capítulo os pais. Por vezes a atmosfera do lar está carregada de electricidade. Questão de pólos que adicionam ou neutralizam os seus efeitos. Nada se pode censurar à criança além do facto de se não adaptar.

Por judiciosos conselhos aos pais contribuir-se-á para melhorar as condições atmosféricas. Em certos casos, tentar-se-á fazer com que aceitem uma psicanálise que os libertará dos complexos educativos.

Ou seja, quando a orientação dos pais, uma estratégia de governação das famílias que podemos classificar como indireta, não era suficiente para garantir a saúde mental das crianças, defendia-se a utilização de estratégias diretas de governação dos comportamentos que passavam por uma intervenção terapêutica dirigida à criança e, no caso de ser necessários, aos pais.

Considerações finais

Este trabalho teve como principal finalidade contribuir para a compreensão do discurso psicopedagógico sobre a saúde mental da criança em idade pré-escolar que circulou em Portugal no período pós II Guerra Mundial (1945-1958), período em que se assiste a uma maior preocupação com a saúde mental das crianças. Esta preocupação é evidente nos textos analisados, escritos com a finalidade de auxiliar os pais a garantirem a saúde mental dos seus filhos.

Nestes textos, em que é visível a influencia da Nova Psicologia, é salientada a fragilidade da saúde mental das crianças, designadamente nos primeiros anos de vida, o que constitui um argumento legitimador e facilitador da intervenção dos peritos no seio das famílias. Esta intervenção assume duas formas: indireta, através da educação dos pais, ou seja, da transmissão dos preceitos científicos acerca da educação das crianças; e, direta, através de uma intervenção terapêutica dirigida à criança ou, inclusivamente, aos próprios pais.

É importante mencionar que os discursos analisados se dirigiam a uma minoria das famílias portuguesas. Num período em que a maioria dos pais eram analfabetos e viviam em situação de pobreza, as revistas de educação familiar seriam lidas apenas por pais burgueses, letrados, sendo o seu alcance limitado. Contudo, o facto de nestas revistas escreverem alguns daqueles que foram responsáveis pelo desenvolvimento da psiquiatria e da psicologia da criança em Portugal, como Vítor Fontes e Maria Irene Leite da Costa, além de outros membros da elite intelectual portuguesa, transformá-las em fontes privilegiadas para aceder ao discurso psicopedagógico dominante em

Portugal, num determinado tempo histórico, mesmo que se trate, em certo sentido, de um discurso imaginário, ou seja, acerca do modo como se considerava que as coisas deviam ser e não como realmente eram.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UIDP/00460/2020.

Referências

- Bakker, N. (2020). Child guidance, dynamic psychology and the psychopathologisation of childrearing culture (c. 1920-1940): A transnational perspective. *History of Education*, 49(5), 617-635. <https://doi.org/10.1080/0046760X.2020.1748727>
- Beatty, B., Cahan, E. D., y Grant, J. (2006). Introduction. En B. Beatty, E. D. Cahan y J. Grant (eds.), *When science encounters the child: Education, parenting and child welfare in the 20th century America* (pp. 1-15). Teachers College Press.
- Bettencourt, M. (1956, julho). Acerca do carácter do filho. *Os Nossos Filhos*, 8.
- Correia, A. (1946, março). Eu quero conhecer o meu filho: A criança-problema. *Saúde e Lar*, 14-15.
- Correio dos pais: Complexos infantis (1955, abril). *Os Nossos Filhos*, 5-6.
- Crianças larápias (1946, junho). *Os Nossos Filhos*, 5.
- Duarte, M. G. (1956, dezembro). Enurese. *Os Nossos Filhos*, 6-7.
- Filipe, A. M. (2014). The rise of Child Psychiatry in Portugal: An intimate social and political history, 1915-1959. *Social History of Medicine*, 27(2), 326-348. <https://doi.org/10.1093/shm/hku006>
- Fontes, V. (1948, março). As maldades das crianças. *Os Nossos Filhos*, 4.
- Fontes, V. (1949, junho). Enurese infantil. *Os Nossos Filhos*, 11.
- Fontes, V. (1952, junho). Higiene mental infantil. *Os Nossos Filhos*, 4-5.
- Fontes, V. (1955, agosto). A tragédia da infância. *Os Nossos Filhos*, 6-7.
- Fontes, V. (1955, junho). A tragédia da infância. *Os Nossos Filhos*, 6-7.
- Hattery, A. J. (2001). *Women, work and family: Balancing and weaving*. Sage.
- Hays, S. (1996). *The cultural contradictions of motherhood*. Yale University Press.
- Hendrick, H. (1994). *Child welfare: England 1872-1989*. Routledge.
- Hollway, W. (2006). Family figures in 20th-century psy discourses. *Theory & Psychology*, 16(4), 443-464.
- Hulbert, A. (2004). *Raising America: Experts, parents, and a century of advice about children*. Vintage.
- Katsenstein, B. (1958, fevereiro). Crianças com vícios. *Os Nossos Filhos*, 10-11.
- Lima, A. L. G. (2019). Os temas da evolução e do progresso nos discursos da psicologia educacional e da história da educação. *Revista História da Educação*, 23, e93208. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/93208>
- Os vossos problemas: Correio dos pais (1957, junho). *Os Nossos Filhos*, 4-5.
- Petersen, S. (1949, abril). A fase “edípica” nas crianças será inevitável? *Os Nossos Filhos*, 4.
- Robin, G. (1952, janeiro). A reeducação e a readaptação das perturbações do carácter e do comportamento na criança. *Saúde e Lar*, (121), 14-15.
- Rose, N. (1999). *Governing the soul: The shaping of the private self*. Free Association Books.
- Schreier, M. (2012). *Qualitative content analysis in practice*. Sage.
- Serrate, A. (1958, julho). A família e as perturbações do comportamento da criança. *Os Nossos Filhos*, 10-11.

Toms, J. (2012). Political dimensions of the psychosocial: The 1948 International Congress on Mental Health and the Mental Hygiene Movement. *History of the Human Sciences*, 25(5), 91-106. <https://doi.org/10.1177/0952695112470044>

World Health Organization (2020). *Basic documents* (91ª ed.). World Health Organization.

Vilhena, C. (2010). A educação para a maternidade nas revistas de educação familiar no último meio século [Tese de Doutoramento não publicada]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Cómo citar este artículo:

Cardoso Vilhena, C., Gomes Ferreira, A., y Mota, L. (2023). “Higiene mental infantil”: Análise do discurso psicopedagógico sobre a saúde mental das crianças em idade pré-escolar (Portugal, 1945-1958). *Anuario Mexicano de Historia de la Educación*, 3(2), 105-115, <https://doi.org/10.29351/amhe.v3i2.458>



Todos los contenidos de *Anuario Mexicano de Historia de la Educación* se publican bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento No-Comercial 4.0 Internacional, y pueden ser usados gratuitamente para fines no comerciales, dando los créditos a los autores y a la revista, como lo establece la licencia.